



=1=  
ORIGINAL

## MUNICÍPIO DE VILA DE REI

----- N.º 34/2017 – CONTRATO ESCRITO PARA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO ARTICULADO NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA DE REI PARA O ANO LECTIVO DE 2017/2018” - (AJUSTE DIRETO) -----

----- Aos dez dias do mês de outubro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Rei, Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Teresa de Lurdes Isabel Conde, Assistente Técnica da Câmara Municipal de Vila de Rei, na qualidade de seu oficial público, designada para o efeito por despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de 18.10.2013, a fim de reduzir o presente contrato a escrito, os seguintes outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: RICARDO JORGE MARTINS AIRES**, casado, natural de Coimbra e residente na Urbanização de Vale Galego freguesia e concelho de Vila de Rei, na qualidade de Presidente da Câmara, em representação do Município de Vila de Rei, pessoa coletiva número 506932273 e em nome do mesmo outorgando com poderes para o ato, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que revogou a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pela Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro e pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro. ---

----- **SEGUNDO: SIMÃO ANTÓNIO ALCOBIA FRANCISCO**, natural e residente em Tomar, titular do Cartão de Cidadão, com o número de ID Civil 13362948 1 ZY8 e contribuinte fiscal n.º 2443337810, válido até 24-07-2019, que outorga na qualidade de representante legal e em nome de sua representada, a **CANTO FIRME DE TOMAR – ASSOCIAÇÃO DE CULTURA**, com sede na Rua D. Lopo Dias de Sousa, Nº 8 C – 2300 – 483 Tomar, com o NIPC: 501934375, matriculada sob o n.º 00005/980203 de 2006/11/20 na Conservatória do Registo Comercial de Tomar, poderes que foram conferidos pelas atas de eleição e tomada de posse dos Corpos Gerentes para o quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte, documentos esses de que se arquiva cópia, em anexo ao presente contrato. ----

----- E pelo Primeiro Outorgante, na qualidade de representante e em nome do Município

de Vila de Rei, foi dito: -----

----- a) Que a Câmara Municipal de Vila de Rei, sua representada, pelo seu despacho de 12/09/2017, que recaiu sob a informação de adjudicação com o nº 4885, decidiu adjudicar à representada do Segundo Outorgante a **Canto Firme de Tomar – Associação de Cultura** a **“Prestação de Serviços de Ensino Articulado no Agrupamento de Escolas de Vila de Rei para o Ano Letivo 2017/2018”**; -----

----- b) A aprovação da minuta do contrato ocorreu em 12/09/2017; -----

----- c) O encargo resultante do presente contrato tem cabimento no orçamento em vigor e encontra-se previsto para o ano de dois mil e dezassete, pela dotação orçamental com a classificação económica “0102/02022599” - 0102 Câmara Municipal; 02 – Aquisição de Bens e Serviços; 02 – Aquisição de Serviços; 25 – Outros Serviços; 99 – Outros; -----

----- E o número sequencial de compromisso é o **7065/2017**; -----

----- **Cláusula Primeira – Objeto** – O presente contrato tem por objeto, pela representada dos Segundos Outorgantes a **“Prestação de Serviços de Ensino Articulado no Agrupamento de Escolas de Vila de Rei para o Ano Letivo 2017/2018”**; -----

----- **Cláusula Segunda – Preço contratual – 1-** Pelo fornecimento objeto do presente contrato, a representada do Primeiro Outorgante obriga-se a pagar à representada do Segundo Outorgante o montante de **€ 24.354,00 (vinte e quatro mil trezentos cinquenta e quatro euros)**, isento de IVA; -----

----- **2-** O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado nos termos da Cláusula 9.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

----- **Cláusula Terceira – Prazo de Execução** – A representada do Segundo Outorgante obriga-se a executar a prestação de serviços objeto do presente contrato, em conformidade com o disposto nas cláusulas 3.<sup>a</sup> e 5.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quarta – Penalidades** – No caso de incumprimento dos prazos fixados no



=2=  
ORIGINAL

## MUNICÍPIO DE VILA DE REI

presente contrato e por causa imputável ao Segundo Outorgante, poderá ser aplicada uma penalidade, de acordo com o estabelecido na cláusula 10.<sup>a</sup> do Caderno de Encargos; -----

----- **Cláusula Quinta – Resolução de litígios – foro competente** – Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro; -----

----- **Cláusula Sexta – Comunicações e Notificações - 1-** Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma das representadas pelos outorgantes; -----

----- **2-** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte; -----

----- **Cláusula Sétima – Contagem dos prazos** – Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados. -----

----- **Cláusula Oitava** – As cláusulas mencionadas na proposta pelo concorrente também são contempladas no presente contrato. -----

----- Fazem parte integrante do presente contrato todos os documentos previstos no nº 2 do artigo 96º do CCP. -----

----- Nos casos omissos no presente contrato ou nos documentos a ele anexos, observar-se-ão os diplomas legais em vigor, designadamente o Código dos Contratos Públicos. -----

----- O presente contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada uma das representadas pelos Outorgantes, o mesmo foi lido, em voz alta e na presença simultânea de todos, tendo os mesmos ficado cientes do seu conteúdo. -----

----- Pelo Segundo Outorgante foi dito: -----

----- Que aceita e se obriga a cumprir este contrato com todas as cláusulas e obrigações.---

----- Após o adjudicatário ter feito prova através de certidões de que tem a sua situação

regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português e por contribuições perante a Segurança Social, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas as partes. ---

O Primeiro Outorgante

Ricardo Aires

O Segundo Outorgante

João Paulo